

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: mobilização total pelo destino do Brasil

BRAZILIAN NATIONAL WAR COLLEGE: total mobilization for Brazil's destiny

ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA: movilización total por el destino de Brasil

Rodrigo Fampa Negreiros Lima*

Patrícia de Oliveira Bastos**

RESUMO

O presente artigo procura combinar a ideia de mobilização total do pensador alemão Ernst Jünger com algumas discussões realizadas nos anos iniciais da Escola Superior de Guerra (ESG). Desde a sua fundação, a ESG foi pensada como muito mais do que um centro de estudos da guerra, ou, pelo menos, da guerra dita convencional. Com a abertura para civis e a missão de pensar o destino do Brasil, tem-se a indicação de que a Escola assume para si uma postura mais holística no que se refere ao entendimento do seu próprio propósito. O pensador alemão Ernst Jünger, por sua vez, já após a Primeira Guerra Mundial reconheceu que as guerras passariam a exigir uma mobilização total por parte da Nação, ou seja, uma união e coordenação total, tanto civis quanto militares, de esforços devotados à causa do conflito. De forma análoga, pensar o destino do Brasil exige, também, uma canalização de esforços que não advêm apenas das fileiras militares, mas das mais diversas perspectivas profissionais e intelectuais.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra; Mobilização total; Guerra total.

ABSTRACT

This article seeks to combine the idea of total mobilization of the German thinker Ernst Jünger with some discussions carried out in the early years of the Brazilian

* Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF (2010) com a monografia “Thomas Jefferson e a Declaração da Felicidade”, Mestre em Teoria Política pela mesma instituição (2015) com a dissertação “A Política não é para crianças: Aristóteles, Hannah Arendt e o conceito de ação” e Doutor em Teoria da História e Historiografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2020) com a tese “O metrô de Moscou: realidade e ficção em Origens do Totalitarismo, de Hannah Arendt”. Foi membro do grupo de estudos e pesquisa “Violência em Tempos Sombrios” do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo - NEV/USP. Contato: rodrigofampa@yahoo.com.br; <http://lattes.cnpq.br/7972711058690033>.

** Graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2013-2017). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio (2021). Oficial do Quadro Técnico da Reserva de 2ª Classe da Marinha do Brasil. Contato: patricia.bastos@esg.br Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6541873482574727>.

National War College (ESG). Since its founding, ESG has been thought of as much more than a center for the study of war, or, at least, so-called conventional warfare. With the opening to civilians and the mission of thinking about the destiny of Brazil, there is an indication that the School takes on a more holistic stance in terms of understanding its own purpose. The German thinker Ernst Jünger, in turn, already after the First World War recognized that wars would require total mobilization on the part of the Nation, that is, a total union and coordination, both civil and military, of efforts devoted to the cause. of the conflict. In a similar way, thinking about Brazil's destiny also requires a channeling of efforts that do not only come from the military ranks, but from the most diverse professional and intellectual perspectives.

Keywords: Brazilian National War College; Total mobilization; Total war.

RESUMEN

Este artículo busca combinar la idea de movilización total del pensador alemán Ernst Jünger con algunas discusiones llevadas a cabo en los primeros años de la Escuela Superior de Guerra (ESG). Desde su fundación, se ha pensado que ESG es mucho más que un centro para el estudio de la guerra o, al menos, la llamada guerra convencional. Con la apertura a los civiles y la misión de pensar el destino de Brasil, hay un indicio de que la Escuela asume una postura más holística en términos de comprensión de su propio propósito. El pensador alemán Ernst Jünger, a su vez, ya después de la Primera Guerra Mundial reconoció que las guerras requerirían una movilización total por parte de la Nación, es decir, una total unión y coordinación, tanto civil como militar, de los esfuerzos dedicados a la causa. del conflicto. De manera similar, pensar el destino de Brasil requiere también una canalización de esfuerzos que no sólo provienen de las filas militares, sino de las más diversas perspectivas profesionales e intelectuales.

Palabras clave: Escuela Superior de Guerra; Movilización total; Guerra total.

1 INTRODUÇÃO

“A guerra é coisa demasiado séria para ser confiada aos militares”. A frase com a qual se abre o presente texto é comumente atribuída a Georges Clemenceau e não pretende ser (apenas) provocativa, mas procura ilustrar, de maneira sintética e até levemente humorada, o que nos parece ser um dos grandes princípios norteadores da Escola Superior de Guerra (ESG): a integração entre civis e militares no âmbito de estudos para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional. Apesar de sua origem ter sido exclusivamente militar, a instituição se notabiliza pela forte presença de “civis de notável competência e atuação relevante

na orientação e condução da política nacional”, que estavam autorizados desde a criação da Escola a frequentar seus cursos.

É também em documentos que remontam à origem da ESG, mais precisamente em seu primeiro Regulamento, de 1949, que se encontram indicações a respeito da finalidade da escola, de sua estrutura, das atividades escolares a serem desenvolvidas e demais disposições gerais necessárias ao funcionamento da instituição, definida com “um instituto de altos estudos destinado a desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou planejamento da segurança nacional”. Tais estudos, centralizados e executados pelo Departamento de Estudos, compreendiam três divisões: “Assuntos Nacionais, Assuntos Internacionais e Assuntos Militares” (Brasil, 1949, p.5), cada um abarcando ainda outros tantos temas. Dentre esses temas, chama-se atenção para aquele que tem particular relevância para o presente texto: a Mobilização Nacional, considerada parte dos Assuntos Militares.

Observa-se que o general Cordeiro de Farias buscou, logo no início de seu comando da Escola, trazer reflexões inspiradas pelo conflito mundial que se encerrara poucos anos antes. Assim, em 1951 houve uma série de conferências dedicadas a aspectos diversos da “guerra total”, um conceito cunhado e debatido por Erich Ludendorff (1936) num livro de igual título, publicado em 1935. O conceito se revelava mais do que relevante no imediato pós-Segunda Guerra. Para Anna Carolina Monéia Farias, inclusive, “os estudos da ESG e da DSN [Doutrina de Segurança Nacional] foram pensados partindo do conceito de ‘guerra total’, a qual correspondia a um novo tipo de conflito, propiciado pelo desenvolvimento da tecnologia” (Farias, 2019, p. 10).

Na conferência de título “A guerra total: a importância das forças morais”, proferida pelo jornalista e advogado Elmano Cardim¹ em 26 de março de 1951 na Escola Superior de Guerra, o autor destacou a importância de se meditar sobre “um aspecto da guerra total, que é dos mais interessantes, pois escapa a preceitos absolutos, para adaptar-se às condições peculiares à psicologia de cada nação, povo ou raça” (Cardim, 1951, p. 1).

Cabe, desde já, uma relevante consideração a respeito dos conceitos aqui mobilizados. Enquanto Ludendorff, em seu conhecido *Der Totale Krieg* (“A guerra total”), e os conferencistas que estiveram na ESG referem-se sempre à ideia de guerra total, a proposta do presente artigo é a de pensar como o conceito de mobilização total parece mais adequado para se pensar o conteúdo debatido. Assim, em trabalho a respeito da Escola Superior de Guerra e do nexos entre guerra e política no Brasil (2018), a própria Anna Carolina Monéia Farias reconhece que “a ESG observava que a guerra em seu período, convencional ou revolucionária,

1 Elmano Cardim (1891-1979) foi um jornalista brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras. Foi presidente do IBGE (1953-1954), sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e um dos fundadores do Instituto Histórico de Petrópolis (1938).

implicava a *mobilização* da produção do país inteiro” (Farias, 2019, p. 7, grifo nosso). E ainda, ao citar João Roberto Martins Filho (2003), indica que:

A noção de segurança, mais ampla que a de defesa, se originava da ideia norte-americana da necessidade de uma **mobilização total** da sociedade como pré-condição de uma vitória na guerra moderna. No Brasil, ela foi traduzida em termos de urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares (Martins Filho *apud* Tibola, 2007, p. 60, grifos nosso).

2 A MOBILIZAÇÃO TOTAL (1930), DE ERNST JÜNGER

A Mobilização Total (1930) não é um texto apenas sobre a guerra, mas também para a guerra. Um manifesto, portanto, bélico e também pedagógico. Devemos cuidar para não nos perdermos na beleza do texto, nas referências eruditas, nem nas várias tentações especulativas que convidam ao extravio. Uma boa medida é a de não perder o norte desse escrito: por que a Alemanha perdeu a Grande Guerra (1914-1918) e como poderia fazer dessa derrota uma oportunidade de ressurgir mais poderosa que os inimigos que a derrotaram.

Ernst Jünger viveu quase 103 anos (1895-1998). Quando publicou *A Mobilização Total*, contava apenas 35 e já tinha no currículo o que viria a ser considerado um clássico do gênero diários de guerra, *Tempestade de Aço*, escrito 10 anos antes, aos 25. Cedo, aprendeu a fazer da guerra moderna um objeto de estética, de política e, sobretudo, de antropologia. Se em *Tempestade de Aço* procura compreender o que a mútua destruição revela sobre os homens envolvidos em combate, numa fusão de humanos e máquinas, em *A Mobilização Total*, Jünger procura compreender um teatro de guerra mais amplo, o da totalidade das sociedades que tomam parte no conflito. Sem sair do campo antropológico, sua pergunta muda de escala: dos guerreiros modernos para os humanos modernos. Todos ressignificados, como veremos, por uma noção muito peculiar de “trabalhadores”.

A cronologia do texto é fundamental no entendimento de suas características. 1930 é praticamente equidistante no tempo entre o fim da Primeira Guerra Mundial, 1918, e o começo da Segunda, 1940. Hitler, 6 anos mais velho que Jünger, já havia começado a fazer barulho e arregimentar seguidores, mas ainda não tinha chegado ao poder, o que ocorreria em 1933. Assim, as especulações que viriam informar e se concretizar textualmente em *A Mobilização Total* antecedem a chegada dos nazistas ao poder. Seria irresponsável afirmar que o nazismo, ainda então um movimento político, não influenciara o humor intelectual de Jünger, mas é razoável supor que, diante do mesmo problema, reagir à derrota alemã, estejamos diante de reações

de natureza bem diversa. Dentro do belicismo, Jünger descreve um novo tipo de humanismo enquanto o nazismo operava com um darwinismo vulgar e revanchista. Para o primeiro, a camada superficial que sugere a completa loucura do conflito mundial traz sem seu âmago uma razão, e mesmo uma justiça, de novos tempos; para o segundo, o verniz estético da raça superior esconde motivos de grande recalque e estupidez.

Jünger equilibra com rara poesia, racionalidade e paixão, sem se perder na histeria. Para tanto, não hesita em contrariar paixões consagradas. Começa por desfalar a tradicional noção de heroísmo de seu caráter trágico, a de que herói seria aquele que se lança no imponderável, se submetendo a forças que não pode controlar. Aqui temos uma primeira prova do jogo de escalas do qual o autor lança mão do início ao fim de seu texto. Tomada como conjunto sobre-humano de motivos, a guerra em seu sentido pré-moderno cria um microcosmo à parte do resto da sociedade, promovendo um jogo em que morte e honra são valores autorreferentes e suficientes em si. A Grande Guerra teria eliminado essa possibilidade de feitos à parte. Não apenas se apresentara como macrocosmo, mas como um modo de totalidade social. Nesses termos, o heroísmo passaria a reverenciar não apenas sociedades inteiras, como passaria a depender estruturalmente de disposições que extravasassem os limites do ímpeto puramente bélico. De conjunto autorreferente, a guerra passa a ser parte de um movimento maior. O segredo da eficácia da mobilização total estaria em remover os obstáculos que atrapalham seu livre desempenho, a começar por superar noções militaristas de sociedade – que Jünger classifica como “mobilização parcial”.

Seria despropositado analisar o passo a passo dos argumentos de Jünger a respeito dos motivos que levaram a essa mudança, que ele não receia classificar como revolucionária, no sentido e nos meios da guerra. Só podemos recomendar a leitura do ensaio, rico em repercussões filosóficas, sociológicas e históricas. Rico, igualmente, em termos conceituais, uma vez que o autor empresta sentido próprio a várias palavras de grande importância, muitas vezes subvertendo seus significados até então consagrados: democracia, progresso, trabalho, liberdade, patriotismo, entre outras.

Algumas passagens, contudo, merecem destaque. Por exemplo, quando revela que, em sua análise, fora a Grande Guerra, e não a Revolução Francesa, o verdadeiro evento revolucionário que teria obrigado o mundo, a partir da Europa, a se submeter ao **regime energético** do mundo moderno:

A exploração total de toda a energia potencial, cujo exemplo vemos nestas ‘oficinas de Vulcão’ construídas pelos Estados industriais em guerra, revela sem dúvida da forma mais significativa que nos encontramos no alvorecer da era do Trabalhador, e esta faz da guerra mundial um evento histórico

que supera em importância a Revolução Francesa. Desdobrar energias de tal magnitude, porque já não é mais suficiente equipar aqueles que lutam, exige que nos reorganizemos nesta perspectiva até ao mais interno mercado e até ao mais tênue nervo de atividade; e essa é a tarefa da mobilização total (Jünger, 1990, p. 107-108, tradução nossa).²

Outro aspecto marcante do texto de Jünger é o das metáforas e, aqui, ressaltam-se as duas que ele usa para a guerra: vulcão em erupção e terremoto. A primeira seria uma metáfora que favoreceria um entendimento atemporal e universal da guerra: segundo Jünger, por mais diferentes que sejam as cidades que comportem um vulcão em seu seio, conforme nos aproximamos de sua cratera, o cenário vai se tornando sempre o mesmo, de desertificação e ausência de vida. Em termos tradicionais, assim também seriam as guerras, um fenômeno de destruição que tornaria secundárias as especificidades dos envolvidos e das circunstâncias presentes. O autor rapidamente recusa essa imagem como enganadora, pois, a seu ver, as guerras mudam de natureza e indicam mudanças essenciais na organização de seus contendores.

Prefere, portanto, aquela do terremoto. Se o vulcão remete a causas que conduzem à destruição pela destruição, o terremoto nos faz atentar para os efeitos da guerra: o que continua de pé depois de um terremoto e o que foi ao chão? Nessa lógica, a guerra desempenha um papel semelhante ao da seleção natural darwiniana, como se fosse uma lei inegociável que determina o que deve perecer e o que deve permanecer para se desenvolver.

Assim, poder-se-ia entender a Grande Guerra como o concretizador revolucionário daquilo que, para Jünger, a Revolução Francesa teria anunciado mais em termos de intenção do que em termos práticos: uma democratização radical da vida humana pela sua decomposição em elementos básicos, a nível de energia potencial. A verdadeira vocação da vida moderna seria a da pura energia prontamente mobilizável, da adequação a quaisquer exigências. Fazer disso condição inequívoca foi a grande contribuição humanitária do conflito mundial:

[...] nous les définissons ici comme disponibilité à être mobilisé. Cette disponibilité était présente dans tous les pays, et la guerre mondiale fut une des guerres les plus populaires que l'histoire

2 L'exploitation totale de toute l'énergie potentielle, dont on voit un exemple dans ces ateliers de Vulcain construits par les Etats industriels en guerre, révèle sans doute de la façon la plus significative qu'on se trouve à l'aube de l'ère du Travailleur, et cette réquisition fait de la guerre mondiale un événement historique qui dépasse en importance la Révolution Française. Déployer des énergies d'une telle ampleur, car il ne suffit plus d'équiper ceux qui combattent, nécessite q' on réorganise dans cette perspective jusqu'au marché le plus intérieur et jusqu'au nerf d'activité le plus ténu ; et se la tâche de la mobilisation totale (Jünger, 1990, p. 107-108).

ait connue, du seul fait qu'elle a éclaté a une époque qui, d'emblée, déniait tout caractère populaire aux autres conflits. (Jünger, 1990, p. 115).³

A popularidade da Grande Guerra em relação às demais está na consagração da totalidade social. Não mais reservada a heróis treinados, a guerra moderna submeteria sociedades inteiras a investirem sua energia potencial em favor da vitória:

La mobilisation totale change de terrain, mais non de sens, lorsque, au lieu des armées, elle met en branle les masses et enclenche le processus d'une guerre civile. Dès lors, l'action se déroule dans des domaines qui échappent à l'ordre de mobilisation, car ils se situent hors de cette compétence strictement militaire; comme si les forces qui n'avaient pu être réquisitionnées pour la guerre revendiquaient elles aussi leur part du sanglant engagement. Autrement dit, mieux la guerre saura dès le départ mobiliser en profondeur et pour elle seule la totalité des forces disponibles, et moins elle commettra d'erreurs ou hésitera sur la marche à suivre (Jünger, 1990, p. 128).⁴

Em outras palavras, no cenário ideal, a guerra civil fagocita a guerra estritamente militar e a metaboliza em termos mais eficazes e poderosos. A insistência em fazer da causa nacional uma causa militar foi, para Ernst Jünger, o motivo decisivo da derrota alemã. Fica óbvio o porquê: o condicionamento da energia bélica por meios militares será necessariamente inferior ao condicionamento dessa mesma energia por motivos democráticos de trabalho a ser feito.

Apesar do inegável brilhantismo e do fato de que sua reflexão sobre a mobilização total continue nos estimulando até hoje, mesmo um sujeito tão arrojado não é capaz de fugir completamente aos humores de seu tempo. Jünger não apenas queria entender os motivos da derrota alemã, como procurar uma forma de prognosticar uma futura volta por cima de sua amada nação. Não é por menos que, à

3 “Nós os definimos aqui como a disposição para a mobilização. Essa disposição estava presente em todos os países, e a guerra mundial foi uma das guerras mais populares que a história já conheceu, pelo simples fato de haver eclodido numa época que, de imediato, negara qualquer caráter popular aos outros conflitos” (tradução nossa).

4 “A mobilização total muda de terreno, mas não de sentido, quando, em vez de exércitos, põe em movimento as massas e põe em marcha o processo de uma guerra civil. A partir daí, a ação ocorre em áreas que escapam à ordem de mobilização, por estarem fora desta competência estritamente militar; como se as forças que não puderam ser requisitadas para a guerra também reivindicassem a sua parte no combate sangrento. Por outras palavras, quanto melhor a guerra souber mobilizar desde o início em profundidade e só para si a totalidade das forças disponíveis, menos cometerá erros ou hesitará na linha de ação a seguir” (tradução nossa).

Alemanha, Jünger atribua o papel de ter desencadeado em seus inimigos o processo revelador promovido exclusivamente pela guerra mundial. Em seu antagonismo, a Alemanha teria obrigado França, Inglaterra e Estados Unidos a revelarem a si mesmos. Jünger considera, contudo, que, tomados pela soberba da vitória, não submeteriam a mobilização total a um exame – erro que os derrotados não cometeriam, possibilitando aos alemães um maior domínio desse mecanismo do tempo moderno.

Em 1930, vendo seus inimigos cederem ao automatismo dos vencedores, Jünger descreve um processo muito interessante de tendência generalizada ao totalitarismo:

Au patriotisme se substitue un nationalisme nouveau, qui s'impose avec force, grâce à des notions cette fois présentes à la conscience des gens. Le fascisme, le bolchevisme, l'américanisme, le sionisme, les mouvements d'émancipation des peuples de couleur sont autant de bonds en avant du progrès qui jusque-là eussent été tenus pour impensable (Jünger, 1990, p. 137).⁵

É certamente interessante ver um herói de guerra alemão a poucos anos da tomada do poder pelos nazistas enumerar alguns movimentos políticos e nacionalistas como totalitários, incluindo o sionismo, o americanismo e outros movimentos de libertação de “pessoas de cor”. Afinal de contas, o futuro iria reservar o termo totalitarismo para movimentos como o nazismo de sua Alemanha e o stalinismo, de certo período da União Soviética, a fim de descrever experiências completamente antidemocráticas e reacionárias.

3 AS PROFESSORAS GAÚCHAS CONTRA O NAZISMO: CORDEIRO DE FARIAS E A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Como vimos, para Ernst Jünger, muito mais do que eleições livres, a democracia é um regime superior de eficácia energética, que encontra sua consagração na mobilização total.

Oswaldo Cordeiro de Farias fez de sua vida um caso de mobilização total ambulante. Esteve envolvido com elevado grau de protagonismo em praticamente todos os eventos decisivos da República Brasileira entre os suspiros finais da República Velha e a ruptura cívico-militar de 1964, tendo se mantido influente mesmo já afastado do poder, até a sua morte em 1981. Suas entrevistas para Aspásia Camargo e Lúcia Klein, editadas por Walder de Góes, foram reunidas sob título irretocável: *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias* (1981).

5 “O patriotismo é substituído por um novo nacionalismo, que se impõe através da força, graças a noções agora presentes na consciência das pessoas. O fascismo, o bolchevismo, o americanismo, o sionismo, os movimentos pela emancipação das pessoas de cor são todos avanços num progresso que até então teria sido considerado impensável” (tradução nossa).

Na impossibilidade de explorar o personagem em toda sua amplitude histórica, propomos, aqui, um recorte temporal que nos permite enfatizar a construção do personagem em momentos mais próximos da sua missão de pôr de pé a Escola Superior de Guerra (ESG). Mais especificamente, enfatizaremos seu papel como líder, especialmente como interventor do Rio Grande do Sul e comandante da artilharia da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Pois foi como líder que teve a oportunidade não apenas de tomar parte em certas mobilizações decisivas como a de orientar o curso de seu fluxo energético.

Cordeiro de Farias fez da mobilização total uma extensão de sua personalidade e uma questão de necessidade prática. No final de 1937, quando, na Alemanha, os nazistas já estavam há 4 anos no poder, foi indicado interventor do Rio Grande do Sul por Getúlio Vargas. Um desafio que começava com uma ofensa às expectativas militares: tendo generais para comandar em seu novo posto sendo ele um coronel: “Eu nunca quis ter auxiliares, mas colaboradores” (Camargo, 1981, p. 245). A força das circunstâncias por vezes contraria hábitos consolidados, afinal a vida da comunidade gaúcha não se reduzia aos modos da vida militar. Ainda assim, parecia manter intacta em seu íntimo e em seus modos como líder a noção consagrada de discipulação militar: “Sempre aceitei plenamente as divergências internas, mas desentendimentos públicos não” (Camargo, 1981, p. 246).

Dotado de grande senso de adequação, Cordeiro de Farias parecia entender que para fazer mobilizar, ele próprio tinha que admitir para si certa **dinâmica de espírito**. A rigidez excessiva de conduta faria dele um mau líder, não apenas militar, mas, naquela função, da sociedade civil gaúcha, ela própria cheia de especificidades. Como veremos, Cordeiro de Farias entenderia que essa flexibilidade seria extremamente útil quando voltasse a desempenhar função exclusivamente militar. Sem ter sido um grande erudito, como fora Ernst Jünger, Cordeiro de Farias foi intuindo uma noção própria de mobilização total.

Essa capacidade de agir simultaneamente de modo rígido e ágil fica patente em sua condução da grande enchente de 1941. Primeiro as medidas executivas baseadas em rigor técnico:

Mobilizei toda a população, escolas, hospitais, comércio e indústria, para fazer face à emergência. Reuni novamente o secretariado e disse: “Dentro de poucos dias vamos ter uma enchente sem precedentes no Rio Grande”. Até então, eles não acreditavam muito nos dados técnicos, porque em outras ocasiões chuvas semelhantes em Porto Alegre não haviam causado maiores danos. Acontece que estávamos àquela altura com chuvas incessantes há 35 dias na cabeceira dos rios. E foi de fato uma devastação [...] (Camargo, 1981, p. 257).

Em seguida, sem se deixar interromper pela dinâmica da entrevista, o próprio acrescenta outra medida que parece entender como não menos urgente:

Vou contar um caso curioso. Em Porto Alegre, havia um cabaré chamado Clube dos Caçadores que, como era muito comum naquele tempo, havia se tornado um ponto de reunião dos líderes do Rio Grande: Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso se reuniam lá. Era um centro boêmio frequentado por mulheres alegres, vindas do Uruguai e da Argentina, inclusive da França, que se tornou o centro da vida do Rio Grande. Com a enchente, ocupei o local do cabaré, que já estava fechado, e o entreguei às freiras, transformando aquele lugar num posto de atendimento. E as pessoas diziam: “Se este homem consegue colocar freiras dentro do Caçadores, então é realmente necessário ter cuidado com ele!” (Camargo, 1981, p. 257).

É fundamental que compreendamos que não há hierarquia entre a natureza de ambas as situações: ambos são casos perfeitamente bem-sucedidos de mobilização. Assim como a natureza, a pesada presença alemã no Rio Grande do Sul tinha muitas caras, inclusive a de inimigo potencial.

É curioso como os caminhos de Jünger e Cordeiro de Farias se cruzam mesmo antes do conflito de 1940-1945, obviamente de forma indireta. Como homem que viveu 103 anos, Jünger se arrependeria de sua adesão ao nazismo, regime por qual tomou antipatia ainda mesmo antes do novo conflito mundial. Por sentir obrigação pessoal com sua amada Alemanha, serviu como capitão, mas não hesitou em registrar seu desgosto em novos diários, onde lamenta a morte de um de seus filhos na frente italiana. O fato, contudo, é que inicialmente viu no nazismo a redenção da Alemanha. Nazismo esse que, nunca esquecendo o horror, soube operar várias novidades do mundo não militar, como a propaganda com cinema e rádio. Foi, como hoje sabemos, um fenômeno social total.

Propaganda essa que não demoraria a invadir as comunidades alemãs em território brasileiro, muitas das quais tão fechadas em si mesmas que não falavam o português e tampouco admitiam escolas onde se ensinasse a nossa língua. Cordeiro de Farias entendia já então que assuntos “não militares” poderiam redundar em sérios problemas para a soberania nacional:

Então minha decisão precisava ser, ao mesmo tempo, radical e cuidadosa. Determinei o fechamento de todas as escolas alemãs, mas uma escola só era efetivamente fechada quando o governo do estado abria outra para matricular os alunos, pois eu não tinha o direito de deixar os meninos sem instrução (Camargo, 1981, p. 269).

Conforme tinha que enfrentar uma guerra sem que houvesse um conflito oficial, Cordeiro de Farias teve que improvisar um exército de combatentes civis, como o de suas professoras-combatentes:

As professoras, muito abnegadas, foram extraordinárias coadjuvantes nessa campanha. Aquelas que estavam em meios mais hostis mandavam, através da Secretaria de Educação, uma relação de meninos, filhos das famílias mais recalcitrantes. Assim, nós tínhamos uma lista completa dos alunos que resistiam em aceitar os padrões educacionais brasileiros. Com tais listas na mão, começamos um trabalho de envergadura: trazer essas crianças a Porto Alegre, em grandes grupos de quinhentas crianças, sobretudo durante a Semana da Pátria, para mostrar-lhes que existia um mundo fora de seu pequeno universo alemão (Camargo, 1981, p.269-270).

Trabalho, a forma assumida pela energia democrática no modo mobilização total. Essa foi também uma conclusão de Cordeiro de Farias, mesmo que sem a preocupação conceitual de um intelectual. Em seu trabalho, inclusive o mar brasileiro atuava como aliado: “Como em geral vinham da região serrana, não conheciam o mar, que era uma novidade para eles. Essas sensações novas confundiam suas cabeças, e eles voltavam para suas cidades de origem com uma outra visão das coisas, bem mais complicada [...]” (Camargo, 1981, p. 270).

É muito interessante seu relato a respeito dos alemães mais propensos a ceder aos apelos nazistas: os chegados mais recentemente. Mais interessante ainda seria a visão que esses neófitos em terras brasileiras teriam de nosso país.

Pregavam a ideia de que o Brasil não tinha um povo, isto é, um conjunto de pessoas regidas por leis e uma cultura comum. Havia apenas uma população, um conjunto de pessoas que aqui residiam, constituindo um conglomerado de alemães, italianos, portugueses, japoneses, composto de todas as raças, branca, negra, amarela. Em suma, segundo essa teoria pangermanista que se exacerbou com Hitler, éramos uma estranha mescla sem unidade e sem rumo (Camargo, 1981, p. 272).

Esse olhar alemão sobre nossa ausência de povo parece ter calado fundo no ímpeto do interventor e causado uma reação: o problema alemão era um problema nacional. Isso fica claro em sua iniciativa de ajudar o interventor do estado vizinho, Santa Catarina, no enfrentamento do mesmo problema:

Nereu [Ramos] não dispunha de recursos suficientes para enfrentar os nazistas. E era um problema sério em virtude da grande concentração de alemães no território catarinense. Assim, eu nomeava professores e policiais catarinenses, colocando-os na folha de pagamento do governo gaúcho, e

colocando-os à disposição do Nereu, a seu pedido. Eu o fazia não apenas por solidariedade, mas também para reforçar minha faixa de segurança. Afinal, de que valeria atacar o problema do Rio Grande se não houvesse controle do estado vizinho? (Camargo, 1981, p. 278).

Por esses e outros motivos, parece razoável acreditar na afirmação de que: “Declarei minha guerra contra a Alemanha em fins de 1938, antecipando o início da Segunda Guerra Mundial. E a campanha contra o nazismo no Rio Grande do Sul foi o ponto de honra do meu governo” (Camargo, 1981, p. 273).

Como estamos traçando o perfil do responsável por lançar a pedra fundamental da Escola Superior de Guerra, de sua experiência no comando da artilharia da FEB, deixaremos o conteúdo estritamente militar para outros estudos. Importa aqui o Osvaldo Cordeiro de Farias que vai aprimorando seu olhar antropológico:

De fato, não temos significação, mas é a ocasião de procurar adquiri-la. A participação do Brasil será uma afirmação de nossa personalidade. Uma espécie de ‘arrombamento’ do mundo ocidental, para que possamos penetrar nele (Camargo, 1981, p. 309).

Via a participação do Brasil em termos semelhantes aos de Jünger: a de se submeter, como sociedade, como nação, a um terremoto de escala nunca vista. O que permanecesse de pé, isso seria o Brasil, obviamente em acordo com a percepção pessoal e institucional daquele homem: “O que estava se criando, isto sim, era uma mentalidade que ninguém podia impedir: lutava-se lá por uma determinada ideia, e a política, aqui, era a antítese dela” (Camargo, 1981, p. 358). Antes de passarmos para a sua participação na crise brasileira pós-Segunda Guerra, que teria como consequência ser nomeado por Eurico Gaspar Dutra o homem da ESG, vale notar a continuidade de sua formação como intérprete do Brasil e de seu povo.

Pretendeu-se, no Brasil, selecionar os soldados da FEB segundo os padrões físicos americanos. Mas a orientação não era adequada. Não podemos nos comparar fisicamente ao homem de lá. Nosso soldado é raquítico, nasceu raquítico. Isso é verdade. Mas esses nordestinos, esses que vêm das favelas, são incrivelmente valentes. Nosso soldado, lançado à luta, é capaz de fazer o diabo. Já os americanos são muito frágeis, embora bem-nutridos. Você sabe que quando se dá uma injeção num rapagão daqueles, o sujeito arregaça? (Camargo, 1981, p. 311).

O Brasil era uma totalidade singular, onde raquitismo não se contrapunha a heroísmo. Nossa dureza e nossa ternura vinham do povo, que não reconhecia diferenças étnicas como fator decisivo. Essa conclusão que remete a algo parecido com os estudos sociológicos de Freyre (2006) não são nossas, mas do próprio

entrevistado. Por isso, vale citar uma longa passagem em que Cordeiro de Farias faz uma apreciação do caráter brasileiro como algo que se desenvolveu historicamente em acordo com os “terremotos” de diferentes escalas que teve que enfrentar. Contrastando sua experiência em terras norte-americanas, onde, no Kansas, vivenciou o ônibus segregacionista, em que os negros ou viajam em veículos separados ou só se sentavam nos últimos assentos, o general emenda uma breve síntese antropológica e histórica do Brasil:

Esta seria a diferença entre as lutas contra o fascismo ou o comunismo e as outras lutas internas que tivemos, em 1932 ou durante a marcha da Coluna: **éramos tão brasileiros quanto os que nos atacavam**. Assim, terminada a luta, **as partes se reconciliavam**. Não é como nos Estados Unidos, onde a oposição entre o Norte e o Sul deixou resquícios que só hoje estão desaparecendo.

No Brasil, as lutas sempre congregaram pessoas de diferentes raças e origens. Quem expulsou os holandeses foram os portugueses e seus descendentes, mas indiscutivelmente houve uma primeira etapa da luta em que **se podiam ver mamelucos, africanos, unidos** para expulsar um povo que, na época, tinha uma hegemonia pelo menos marítima sobre o mundo. Ao longo das lutas internas ou externas – como a Guerra do Paraguai ou do Prata –, sempre houve mistura e as pessoas aceitavam isso. Na Segunda Guerra, lembro de ter ido assistir à substituição de um batalhão norte-americano por tropa brasileira. Essas substituições costumam ser delicadas e às vezes dão muito barulho. Eis que se aproxima de mim um soldado brasileiro, de cor negra, pega-me pelo braço e diz: “O senhor não fique aqui, não deve ficar aqui, porque do lado de lá há negro”. Eram negros americanos! Quer dizer, ele não sabia se a cor dele era preta ou não, mas sabia que era brasileiro e que era tratado como tal (Camargo, 1981, p. 354, grifo nosso).

Personagem complexo, Cordeiro de Farias era um homem de sua época e parece sintetizar de forma idiossincrática concepções sobre a brasilidade consagradas por grandes intelectuais de sua época. Como já dito acima, a ideia de que o Brasil tinha bem encaminhada a questão racial de seu povo multicultural encontra eco em Gilberto Freyre. Mas sua personalidade, que se projeta sobre suas ações e se expressa em suas interpretações de mundo, tem muito da cordialidade no sentido tal como trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, publicado em 1936 e reeditado sucessivas vezes desde então.

Para Holanda (2014), o brasileiro é um homem cordial. Mas não devemos nos precipitar a respeito do sentido que esse termo ganha na obra do historiador. A

cordialidade seria um traço de caráter em que a razão, a ação e o comportamento seriam todos condicionados por uma orientação emocional determinante: a dificuldade em seguir regras rígidas e a de discernir a fronteira entre o público e o privado. Sem atribuir conotação negativa ou positiva, Holanda aponta o quanto esse traço de caráter tão arraigado e difundido em nossa gente implicaria, necessariamente, em um tipo de desenvolvimento da civilização brasileira distinto tanto da Europa quanto dos Estados Unidos.

Isso fica claro no modo como, sem ver contrariedade, ao mesmo tempo expressa admiração pelos americanos, mas os considera rígidos a ponto de serem, eventualmente, contraproducentes. Desde o início ele sabia que a Escola Superior de Guerra desenvolveria um espírito próprio sem demora, por mais que se espelhasse nas instituições americanas afins.

As apreciações de Cordeiro de Farias a respeito da realidade brasileira denunciam uma autocondescendência que se projeta em sua leitura do que é o Brasil e seu povo. Não é que lhe falte sinceridade, é que a sinceridade o condiciona de forma a não se dar conta de certas incongruências. Como foi na ocasião em que se uniu aos generais germanófilos, Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, para impedir os planos de Getúlio Vargas de tentar uma permanência no poder. Não é que não constituísse um contrassenso que o país continuasse sob um regime autoritário depois de ter enfrentado os nazistas na Europa, mas que essa reação tivesse a participação de simpatizantes do regime derrotado. Mas nada que fosse incongruente com sua visão a respeito da maleabilidade brasileira: aqui os que brigam se reconciliam e os que se reconciliam, brigam. Tudo muito cordialmente.

Era um homem de espírito amplo e dinâmico e tentou fazer de sua missão em fundar a ESG uma síntese de sua visão de mundo e um condensado de seus aprendizados como observador e interventor da realidade brasileira. No contato com os americanos na frente de batalha ficou impressionado com o que Ernst Jünger certamente descreveria como um trabalho típico de mobilização total: “O general americano que, na Itália, comandava o reabastecimento [...] não era militar de carreira. Na vida civil, era dono de um supermercado!” (Camargo, 1981, p. 313). Mas essa não foi a única prova que relata como exemplo de energia civil, de origem não militarizada, convertida em energia de guerra:

Enfim, o fato é que esse oficial chegou – era um menino, tinha cerca de 22 anos –, observou tudo e deu instruções para alterar todo nosso sistema de camuflagem. Precisei reconhecer, diante do óbvio, que ele sabia o que fazia. A camuflagem realmente ficou muito melhor com a introdução das mudanças recomendadas. Conversei muito com um oficial e fiquei sabendo que na vida civil ele era cenógrafo. Um cenógrafo! A única função que ele tinha na guerra era ver a camuflagem e

o fazia muito bem, pois era um especialista. O fato é que meu pessoal ficou apaixonado por ele, com as coisas que ele havia ensinado. A partir daí, tornou-se quase um adido da artilharia da FEB! Era tratado principescamente e ninguém discutia o que ele dizia. Às vezes pensávamos que a camuflagem ia sair ruim e o resultado era uma coisa extraordinária! (Camargo, 1981, p. 313).

Foi com esse espírito, de quem recolheu provas em quantidade considerável de que a segurança nacional é um assunto que extravasa em muito a esfera militar, que Cordeiro de Farias procurou lançar as bases e recomendações para o melhor funcionamento da Escola Superior de Guerra.

Criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco de lutas, mas transformada em **fato total**, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. Dentro dessa hipótese, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos que o dos militares na guerra (Camargo, 1981, p. 413).

Se em termos gerais, tentando abstrair conteúdos ideológicos de gosto duvidoso, concordarmos com a ideia de Ernst Jünger de que a mobilização total é uma forma de canalizar as energias democráticas de uma nação em sua própria defesa, não podemos negar que nossa Escola Superior de Guerra é um lugar em que essa orientação prevalece desde seus primeiros dias.

4 A MOBILIZAÇÃO TOTAL NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

O Brasil é um país consideravelmente complexo. No plano do arranjo social e do mundo do pensamento isso significa dizer que certas ideias que correm paralelas parecem participar de um mesmo arranjo político e que certas ideias próximas de conteúdo são mobilizadas ao mesmo tempo por grupos que se veem como inimigos.

Isso facilita certas tentações, como a de aproximar o que é distante e distanciar o que é próximo. Seria tentador, portanto, afastar de imediato Cordeiro de Farias, nosso herói de guerra, de uma figura como Ernst Jünger, que, apesar de figura intelectual de imenso tamanho, foi também feroz guerreiro alemão nas duas Guerras Mundiais. Mais fácil seria aproximar nosso comandante de artilharia da FEB de Elmano Cardim, um homem que, como veremos, expressa acentuado fervor patriótico.

Em termos do conceito de mobilização total, contudo, nem o amor pelo Brasil nem as reservas contra a Alemanha Nazista são garantias de coincidência conceitual. Em nosso entendimento isso não significa outra coisa senão o fato de que o universo dos conceitos tem essa propriedade de não depender tanto de gostos patrióticos. Sendo assim, como vimos, a noção de mobilização total adquirida por

indução por Cordeiro de Farias se aproxima mais daquela intelectual promovida por Jünger do que daquela também intelectual expressa por Cardim nas dependências da Escola Superior de Guerra, cuja fundação tem relações quase genéticas com o espírito de Farias.

Poderíamos enfatizar o entendimento de discórdias disfarçadas ou de afinidades envergonhadas. Preferimos, por nossa vez, sublinhar a riqueza do mundo do pensamento e suas estimulantes surpresas. E, pelo visto, a Escola Superior de Guerra permitia que se desse vazão a essa riqueza.

Elmano Cardim oferece outras bases para a sua ideia de mobilização do que aquelas de Jünger. Diferentemente do alemão, seu evento fundamental é a Segunda e não a Primeira Guerra Mundial. Mas essa é uma diferença secundária, a principal sendo sua recusa em aceitar o conflito mundial como tendo força o suficiente para impor uma revolução em cada molécula de uma nação. Pelo contrário, se a guerra total serve para algo, seria o de resgatar princípios e valores ancestrais. Cardim ancora sua noção de mobilização total ao espírito cristão, espírito que deve prevalecer para poder comandar os elementos materiais necessários para guerrear. Desafiado fosse entre escolher superioridade moral ou material, não hesitaria em ficar com a primeira:

A importância das forças morais na guerra é tanto maior quanto mais profunda for, no ânimo dos combatentes, a consciência dos valores morais na formação nacional. Por isso, proteger e preservar no povo a noção de moral com a defesa de seus postulados, com a difusão, com o exemplo de sua observância, com o aprimoramento do seu sentido, é trabalhar pela unidade nacional, pelo fortalecimento da raça, pela grandeza dos destinos da pátria (Cardim, 1951, p.4).

A distância para Jünger aqui já começa a ficar clara, pois os termos não indicam uma revolução moderna e sim uma restauração, acompanhada de uma conservação, de referências de valor quase transcendental. A ponto de Cardim se sentir autorizado a inferir que o principal trabalho a ser feito é nos tempos de paz: “Essa obra não se constrói na guerra, mas na paz. É fruto de educação e tem, na família e na escola, o seu grande laboratório cívico, sendo hoje absolutamente essencial à guerra” (Cardim, 1951, p. 4).

A mobilização total, Jünger não negaria, é um regime de prontidão cujas bases já estão postas em tempos de paz. Mas há uma diferença fundamental entre estar posto e estar revelado. Só a guerra revela a extensão e qualidade de uma mobilização total e esta não se dá com fundamentos estáticos, mas dinâmicos. Como vimos, Cordeiro de Farias desde muito cedo em sua vida travou contato com forças de mobilização em tempos de paz ou em crises internas, mas ele sabia haver uma linha fundamental que o estado de guerra obriga ultrapassar. Cardim,

por recusar à guerra o elemento de revelação, reservando a ela mais uma lógica de consagração, inverte o papel da paz e da guerra no universo da mobilização total, se apegando a uma lógica de caráter, mais do que de modernização da nação brasileira:

Eis aí o grande problema que o preparo da guerra total deve enfrentar. Não é difícil, evidentemente, a vós que tendes a responsabilidade da guerra, resolver o problema, que escapa à vossa autoridade no tempo de paz, para ser, quando o dia trágico chegar, condição de êxito da vossa ação em defesa da pátria. Impõe-se, por isso, que a responsabilidade de outros setores seja alertada para trazer-vos uma colaboração que supra a vossa ausência forçada. Serão os legisladores, os educadores, os chefes de família, os patrões, todos aqueles que possam ter alguma influência na formação espiritual do povo e na preservação das reservas morais da nacionalidade (Cardim, 1951, p. 7).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recuperando a ideia de guerra civil de Jünger, aquela que fagocita e torna superior a guerra meramente militar, é como se Cardim invertesse a ordem e persistisse na lógica de que são as forças civis que devem se converter e energia militar e não a capacidade bélica a entender o humor dos novos tempos. Não é que Jünger não nos fale de força espiritual, de motivações valorativas como sendo superiores a causas materiais. A questão é que, para ele, a mobilização total deve indicar a aceitação de uma revolução modernizante desses princípios e não o resgate de valores morais perenes. Essa diferença é fundamental.

No caso de Cordeiro de Farias, não sendo uma síntese entre ambos, nem exatamente uma terceira alternativa, tudo indica que sua intuição de comandante de tropas e de interventor no RS o aproximaria mais de Jünger. Farias entendia que novos tempos exigem o acompanhamento de novos valores. Mesmo que suas palavras, de brasileiro e contemporâneo de Cardim, apontem um certo repertório brasileiro comum, fica claro que seu entendimento conceitual da mobilização total, assim como sua compreensão material e social de suas condicionantes, está mais próximo daquele de Ernst Jünger.

Também conferencista na ESG no ano de 1951, o Coronel Aviador Teófilo Otoni de Mendonça parece, à diferença de Cardim, entender a guerra mundial na chave da novidade absoluta. Ao falar da “guerra total”, não hesita em afirmar: “Esta espécie de guerra é nova. É a guerra moderna no século XX” (Mendonça, 1951, p. 1).

Ainda assim, não demora a cair na lógica prussiana da militarização da vida civil no esforço de guerra. Ao falar da alocação de recursos econômicos,

industriais, agrícolas e financeiros, afirma: “Estes devem ser organizados, coordenados e dirigidos com a mesma estratégia que governa o emprego das armas puramente militares” (Mendonça, 1951, p. 2). Não demora, contudo, a acusar a falta de clareza conceitual, que assume sua forma mais reveladora justamente na dificuldade de estabelecer uma nova relação entre militarismo e vida civil. Mendonça logo parece se contradizer, subordinando as orientações militares a um conjunto maior:

A guerra deixou de ser uma luta entre as forças armadas dos beligerantes e passou a interessar a todas as forças vivas de uma Nação, porque somente estas – representadas pelos seus potenciais humano, agroindustrial, técnico-científico, financeiro, pelo seu comércio, pelos seus transportes – poderão, pela sua produtividade, fornecer a energia necessárias às forças combatentes para a finalidade suprema da conquista da vitória (Mendonça, 1951, p.2).

Mendonça fala de energia e dá mais um passo que o aproxima da conceituação apresentada por Ernst Jünger, que aproxima guerra e trabalho. Mendonça no caso, nos conduz a uma quase coincidência entre soldado e operário:

Hoje, o fator humano continua tão decisivo na guerra como o foi no passado; de fato: nos dias que correm **o homem interessa na guerra não somente como elemento de combate, mas também como elemento de produção**. Há, na guerra moderna, necessidade de homens para guerrear e de homens para manter em funcionamento a máquina de guerra; é óbvio que deve existir uma relação justa entre soldados combatentes e soldados operários, tomando-se como base, para determinação dessa relação, as situações militar e econômica, mas é fora de dúvida que uma Nação que se empenhar em guerra, no presente, tem de utilizar todo e qualquer potencial humano que exista dentro de suas fronteiras porque a guerra total afeta não somente as suas forças militares mas também o espírito e a vida de cada um dos seus habitantes (Mendonça, 1951, p. 2-3, grifo nosso).

O texto de Teófilo Otoni de Mendonça investe em analisar diferentes setores da sociedade brasileira e sua possível contribuição para o esforço de guerra. Entendemos, por nossa vez, que sua análise antropológica sobre o soldado operário é o que mais interessa, pois o aproxima conceitualmente do texto consagrado de Ernst Jünger. Isso mostra a riqueza do debate que desde cedo começou a ocorrer nas dependências da Escola Superior de Guerra.

Fatalmente, desde as duas Grandes Guerras Mundiais, falar de mobilização total implica lançar mão de certo vocabulário consagrado. Basicamente aquele vocabulário que procura destacar o esforço da totalidade social, deixando claro que a guerra não é mais coisa reservada a militares. Apesar disso, desse discurso que parece conduzir a conteúdos semelhantes, podemos observar que suas premissas podem variar muito. Nesse sentido, a coincidência de conclusões pode nos enganar sobre o que seria uma coincidência de pressupostos. A verdade é que o tema da mobilização total está sujeito a muitas condicionantes. Recém-saídos de uma participação honrosa na II Guerra e ainda se organizando depois da experiência do Estado Novo, os brasileiros ainda procuravam meios de entender o país e o que seria uma totalidade social nacional. Certamente, a Escola Superior de Guerra era lugar privilegiado para que esse entendimento encontrasse bons termos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Estado Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra: regulamento*. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1949.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de; FARIAS, Osvaldo Barcellos Cordeiro de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARDIM, Elmano. *A guerra total: a importância das forças morais*. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1951.

FARIAS, Anna Carolina Monéias. *A Escola Superior de Guerra (1949-1967) e Clausewitz: uma breve discussão sobre o nexo entre guerra e política no Brasil*. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014.

JÜNGER, Ernst. *L'État universel suivi de La mobilisation totale*. Paris: Gallimard, 1990.

LUDENDORFF, Erich. *The "total" war*. London: Friends of Europe, 1936.

MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a antecâmara do golpe”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MENDONÇA, Teófilo Otoni de. *Guerra total: importância do potencial econômico-militar*. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1951.

TIBOLA, Ana Paula Lima. *A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2007. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/57#preview-link0>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Recebido em: jun. 2024.

Aceito em: jul. de 2024.

Esta revista foi impressa na gráfica da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João - Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br